

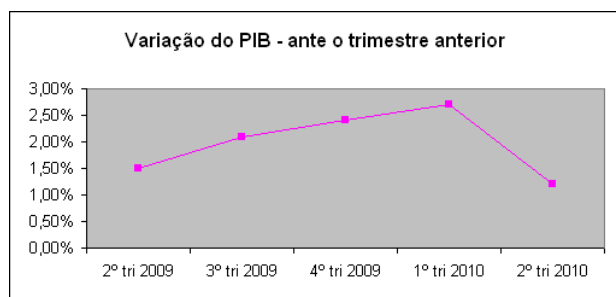
Boletim de Conjuntura

Informativo bimestral produzido pela PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor

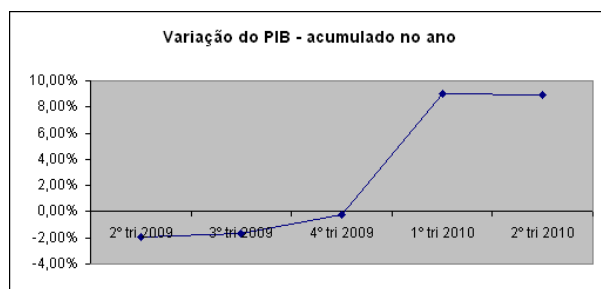
Números da economia

No dia 3 de setembro, o IBGE divulgou o crescimento do PIB em 1,2% no segundo trimestre de 2010 em relação ao primeiro. No semestre, a alta foi de 8,9% diante do mesmo período do ano passado e o crescimento dos últimos 12 meses foi de 5,1%. O crescimento registrado significou uma queda da aceleração da economia em relação ao trimestre anterior, cujo crescimento foi de 2,7% em relação ao quarto trimestre de 2009, embora ainda tenha sido maior do que o esperado pela média do mercado. Entre os setores que registraram maior alta no crescimento neste semestre destacam-se a agricultura (2,1%), seguida pela indústria (1,9%) e pelos serviços (1,2%). Em relação aos componentes da demanda interna, destaque para o crescimento da formação bruta de capital fixo (FBCF), com expansão de 2,4% no segundo trimestre deste ano. A despesa de consumo das famílias cresceu 0,8%, enquanto a despesa de consumo da administração pública cresceu 2,1%.

Em contraste ao aumento do crescimento, o emprego informal recuou sua participação na formação do PIB. Segundo dados do IBRE-FGV, enquanto a economia informal contribuía com 21% do PIB em 2003, em 2009 ela responde por 18,4%, uma diminuição de 2,6 pontos percentuais, ficando abaixo de países como Espanha, Itália, Argentina, Costa Rica, México, Chile, Venezuela, Bolívia, Uruguai e Paraguai. O aumento do nível do emprego e diminuição do trabalho informal representam um panorama bastante positivo, uma vez que mais trabalhadores de carteira assinada significam trabalhadores com maiores garantias assistenciais, além de uma menor sonegação fiscal.



Fonte: Proteste a partir dos dados do IBGE



Fonte: Proteste a partir dos dados do IBGE

Nos últimos quatro meses a inflação registrada pelo IPCA, índice oficial utilizado pelo governo no sistema de metas, tem recuado. Enquanto a inflação acumulada nos últimos doze meses era de 5,26% em abril, em agosto ela era de 4,49%. A explicação para a desaceleração nos preços

CONTATOS

Tel.: (11) 5085-3590 | (21) 9419-8852

E-mail: proteste@proteste.org.brSite: www.proteste.org.br

EXPEDIENTE:

O Boletim de Conjuntura é uma publicação bimestral da PROTESTE – Associação Brasileira de Consumidores
Jornalista responsável: Airam Lima Jr. (MTb 23629/SP)

deve-se, além dos fatores sazonais, ao setor externo e à leve desaceleração da economia em relação ao primeiro trimestre de 2010. Entretanto, de acordo com o Boletim Focus do Banco Central, o mercado sinaliza uma expectativa de que a inflação feche o ano em 4,97%, o que significa 0,47 ponto percentual acima do centro da meta fixada pelo governo. É verdade que essa expectativa do mercado publicada por esse mesmo Boletim tem recuado ao longo das semanas, mas ainda assim é de se estranhar que, diante de uma expectativa de uma inflação acima do centro da meta, que o Banco Central opte por colocar fim ao aperto monetário, ao manter o nível da taxa de juros. O argumento do Bacen é que hoje em dia já seria possível alcançar a meta de inflação com uma menor taxa de juros. Apesar do Brasil ainda possuir a maior taxa real de juros do mundo, historicamente uma expectativa de inflação acima do fixado já era motivo suficiente para um novo aumento da taxa, o que demonstra um Banco Central com características menos conservadoras. A dúvida é se os dados econômicos dos próximos meses vão mostrar as expectativas do mercado gradualmente tendendo para o centro da meta ou irão forçar o COPOM a rever sua posição e reiniciar um novo ciclo de aumento das taxas de juro no início de 2011.

Situação socioeconômica dos brasileiros

Em tempos de eleição é muito oportuna a reflexão de resultados de pesquisas domiciliares como a PNAD 2009, os quais foram divulgados agora em setembro pelo IBGE. Tais pesquisas traçam um retrato dos brasileiros, e, principalmente, nos dizem para onde estamos caminhando. Dos resultados podemos destacar algumas questões: quais foram os efeitos reais da crise? Face à discussão sobre crescimento econômico e evolução do PIB, quais foram os ganhos reais na renda do brasileiro? Mais ainda, os indicadores sociais básicos acompanham as expectativas de um crescimento econômico?

Pois bem, os efeitos da crise podem ser mensurados sob a ótica do mercado de trabalho. Os dados comprovam um aumento de 2,3% no rendimento médio mensal de todas as fontes, em relação a 2008. Mais ainda, a concentração desses rendimentos continua se reduzindo: o índice de Gini é de 0,518. Verificou-se que a elevação do rendimento médio mensal real do trabalho ocorreu em todos os décimos da distribuição de rendimentos.



A região Norte foi a única que apresentou aumento na concentração do rendimento do trabalho. Outra boa notícia foi o aumento do trabalho formal: 59,6% do total das pessoas empregadas.

Mas, mostrando os efeitos da crise, a taxa de desocupação chegou a 8,3% em 2009, sendo que era de 7,1% em 2008. Em síntese: se por um lado a renda aumentou, o nível de desemprego também aumentou. Vemos que de fato a renda do brasileiro aumentou e a mesma se distribui de maneira menos desigual entre os estratos. Mais ainda, ocorre uma maior formalização da população empregada, o que significa que o aumento da renda é em maior parte proveniente de renda do trabalho, ou seja, uma renda que traz também inúmeros benefícios. Esse aumento de renda se reflete no maior acesso a bens e produtos duráveis, como mostra a pesquisa, indicando que a casa do brasileiro está mais equipada. Este ponto deve ser avaliado com cuidado, sob a ótica do risco do endividamento que acompanha um consumo excessivo aliado ao crédito farto. Esse aumento da renda e as “facilidades” ofertadas podem ter sérias consequências, como já salientamos em outras edições.

Indicadores sociais básicos sempre nos remetem, entre outros, à educação e condições de moradia. Entre tais indicadores está o acesso ao saneamento básico. Neste quesito, o Brasil vem melhorando, mas a passos muito lentos para um item tão imprescindível. A participação dos domicílios atendidos pelo serviço de rede coletora ou por fossa séptica ligada à rede coletora foi de 59,1%, similar à observada no ano anterior. As regiões Norte e Nordeste tiveram as menores parcelas de domicílios atendidos por este serviço, com 13,5% e 33,8%, respectivamente. Aumentos em outros setores, como o acesso a telefonia – que foi bastante expressivo – mostram como avançamos devagar no acesso às condições básicas do brasileiro.

Outro indicador de desenvolvimento é o nível educacional. Sabe-se, porém, que efeitos neste setor são sentidos no longo prazo, por isso políticas públicas devem ser avaliadas com cautela. Temos alguns bons números, mas ainda tímidos e que mantêm o Brasil como um dos piores neste quesito. O analfabetismo funcional caiu, mas ainda está acima de 20% – o problema grave ainda é no Nordeste, onde a taxa supera 30%. Já é possível ver melhorias na faixa de 7 a 14 anos de idade: a taxa de escolarização nessa faixa é de 97,6%. Porém, se olharmos a população de 15 a 17, a taxa de escolarização é de 85,2%. Ou seja, os adolescentes são um segmento que preocupa. Podemos resumir que, mesmo com a crise, o país aumentou a renda, diminuiu os índices de desigualdade e aumentou a aquisição de bens e serviços, mas apresenta falhas essenciais na resolução de problemas-chave para qualquer país, que dizem respeito à educação e às condições básicas de moradia.

Pós ou pré com a manutenção da Selic?

O COPOM decidiu, por unanimidade, manter a taxa Selic em 10,75% ao ano, sem viés. A manutenção encerrou um ciclo de aumentos das taxas iniciado em abril. Desde então a Selic já aumentou dois pontos percentuais. Com o fim dos aumentos da taxa, o BC sinaliza para o mercado que, no seu entendimento, a taxa atual proporciona condições adequadas para que a inflação alcançada convirja para a meta fixada para 2010 de 4,5%. Na visão do BC, os riscos em relação ao comportamento da inflação foram apaziguados ao longo dos últimos meses, em virtude da influência desinflacionária do setor externo e também pela desaceleração de economia brasileira em relação ao primeiro trimestre.

A princípio, quem está interessado em investir e quer saber o que fazer nesse momento de manutenção dos juros, pensa em primeiro lugar que as aplicações pré-fixadas se beneficiam, visto que elas definem uma rentabilidade garantida previamente e sofrem menos pressão da concorrência das aplicações flutuantes. Entretanto, é sempre mais importante avaliar a tendência, já que o pequeno investidor dificilmente faz uma aplicação para ficar dias ou somente um mês. Pois seus poucos rendimentos seriam corroídos em parte pelo pagamento de taxas de administração e imposto de renda proporcional ao tempo de permanência com a aplicação (quanto menor o tempo, maior a alíquota). Segundo a maioria dos especialistas, até o final do ano a Selic vai se manter no patamar atual de 10,75% a.a., mas a partir de janeiro do ano que vem o COPOM iniciará uma nova fase de aperto monetário e a taxa voltará a subir, visto que as projeções para a inflação de 2011 estão em trajetória ascendente.

Diante do quadro atual e das perspectivas, o conselho mais confiável é manter as aplicações atuais, seja em aplicações pré ou pós-fixadas, uma vez que com a manutenção da taxa o custo de oportunidade entre as posições pré ou pós está inalterado. No caso de novos investimentos opte pelas as aplicações pós, visto que apresentam menor risco e também pela tendência de que a partir do ano que vem a remuneração dessas aplicações volte a se destacar mais em virtude da maior possibilidade de novos apertos monetários. O tipo de investimento que fica melhor favorecido com a manutenção da taxa é em renda variável, já que as aplicações que oferecem menores riscos (como as pré e pós-fixadas à taxa Selic) recuaram e não aumentaram mais suas remunerações. Nesse caso é natural que o investidor avalie se não vale a pena correr mais riscos por uma rentabilidade mais generosa. Entretanto, o investimento em renda variável sempre requer cautela, conhecimento dos riscos, e ter consciência de que, quando não especulativo, se trata de um investimento de longo prazo – no mínimo cinco anos – para que as perdas sejam compensadas pelos ganhos.